

Práticas de educação financeira no âmbito das organizações do trabalho: um estudo bibliométrico¹

Aluna: Bruna Santos de Medeiros

Orientação: Prof. Henrique Geraldo Rodrigues

Resumo

A educação financeira é um tema que tem ganhado destaque no cenário brasileiro, porém nota-se que ainda é um processo que está em construção e que precisa ser aprimorado, com a finalidade de formar cidadãos que saibam realizar a gestão financeira pessoal de maneira eficaz. Neste estudo, teve-se por objetivo analisar o enfoque dado à educação financeira, no contexto das organizações do trabalho, em produções científicas brasileiras sobre educação financeira. Para tal, foi feito o levantamento de artigos publicados em periódicos nacionais com estratos Qualis A1, A2, B1 e B2, e nos anais do Encontro da ANPAD, no período de 2000 a 2020, totalizando 44 artigos para serem analisados. Os resultados indicam a necessidade de se disseminar a educação financeira de modo eficaz para alcançar mais grupos sociais, principalmente, os de baixa renda; todos os programas de capacitação em educação financeira analisados tiveram resultados positivos e, até mesmo, as ações realizadas por áreas de recursos humanos, sucederam em novos comportamentos e atitudes dos participantes. Observa-se, nessa linha, que a literatura do campo da educação financeira aborda a preocupação das organizações com as finanças pessoais dos empregados e menciona as ações mais eficazes para serem inseridas no meio corporativo.

Palavras-chave: Educação Financeira; Finanças Pessoais; Recursos Humanos; Bibliometria.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora, no dia 22/12/2020, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em administração, pela Faculdade de Gestão e Negócios, da Universidade Federal de Uberlândia.

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira tem sido destacada pelo governo brasileiro devido à preocupação de educar os cidadãos sobre as finanças pessoais (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE], 2018). O crescimento do mercado financeiro no Brasil impulsionou o fácil acesso ao crédito, prazos extensos dos serviços financeiros, estímulo ao consumo de bens e serviços, ocasionando em pessoas endividadas, inadimplentes e em desequilíbrio que estão buscando pela estabilidade financeira (SAVOIA, SAITO; SANTANA, 2007).

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) - em inglês *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD) - conceitua a educação financeira como um ensino que gera conhecimento, habilidade e consciência para fazer escolhas assertivas que resultam no bem-estar financeiro (OECD, 2013, tradução nossa). Deste modo, as pessoas se sentem mais incluídas à comunidade e são ativas no ramo financeiro pela motivação de buscarem mais conhecimento para aplicarem no cotidiano (SAVOIA, SAITO; SANTANA, 2007).

A educação financeira tem ganhado relevância no Brasil apenas nos últimos dez anos com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída como política de Estado de caráter permanente (BRASIL, 2020). Trata-se, portanto, de um aprendizado que está em construção pelos cidadãos brasileiros e, em sua performance, ainda possui lacunas. Muitas pessoas não têm conhecimento sobre a educação financeira ou não tiveram a percepção de sua importância, pois a cultura de planejar a curto prazo e/ou não conseguir poupar está enraizada em grande parte da população devido o histórico do Brasil em relação ao mercado financeiro, além de não terem sido educadas sobre como gerenciar o orçamento individual ou familiar (SAVOIA, SAITO; SANTANA, 2007).

Moreira e Carvalho (2013) citam que a falta de orientação sobre o orçamento individual ou familiar pode afetar desfavoravelmente a vida das pessoas, pois as despesas podem estar acima das receitas, não fazem o planejamento financeiro mesmo que tenham consciência de sua importância, não possuem uma reserva financeira de emergência e ao final de cada mês o salário pode estar direcionado apenas para pagar os gastos. Por este motivo, é importante os indivíduos conhecerem a educação financeira, para que façam melhor gestão das despesas e receitas, e tenham uma vida de tranquilidade financeira.

Estudos realizados com servidores públicos brasileiros, a fim de identificar o nível de sua educação financeira, concluíram que os servidores públicos que participaram das pesquisas

possuem dificuldades em fazer gestão das finanças pessoais e estão endividados devido ao fácil acesso ao crédito e o incentivo ao consumo de bens e serviços (MOREIRA; CARVALHO, 2013; SILVA, NETO; ARAÚJO, 2017; CAVALCANTE, MELO; ALMEIDA, 2014). As pesquisas realizadas por Moreira e Carvalho (2013) e Santos (2013) apontam que a dívida e/ou a inadimplência comprometem a produtividade dos indivíduos, e os autores enfatizam a necessidade da implantação de um sistema de ensino sobre a educação financeira para os funcionários.

De outro lado, as organizações tendem a investir recursos financeiros e tecnológicos no treinamento e desenvolvimento das pessoas que nelas trabalham, como forma de promover-se o incremento da competitividade organizacional (BORGES-ANDRADE *et al.*, 2013). Santos (2020) enfatiza que programas de treinamento e de desenvolvimento favorecem tanto a corporação quanto os empregados, pois as pessoas da organização são incentivadas na obtenção de novos aprendizados e capacitações, e estimuladas em relação ao comportamento e competências, impactando, portanto, no aumento do resultado organizacional. Paiva (2011) complementa que os empregados da organização precisam estar incluídos e alinhados nos objetivos de seus gestores, e um programa de desenvolvimento bem estruturado é capaz de identificar as causas que estão prejudicando o departamento para que todos tenham o mesmo envolvimento nos objetivos estabelecidos. Desse ponto, são elaborados métodos para o desenvolvimento das potencialidades destas pessoas, gerando “um ambiente de trabalho mais saudável, produtivo e motivado”.

A educação financeira instrui as pessoas para tomarem melhores decisões financeiras e, assim, ocasiona em melhores gerenciamentos dos recursos financeiros a curto, médio e longo prazo, propiciando o bem-estar por terem controle financeiro (MOREIRA; CARVALHO, 2013). De acordo com Santos (2013, p. 141), os empregados das organizações que passam por pressões financeiras apresentam comportamentos que prejudicam as suas atividades no trabalho, e “quanto menos preocupados com questões fora do trabalho, melhor será a produtividade e o empenho dos funcionários, o que conseqüentemente aumentará a produtividade e assertividade”.

A educação financeira influencia a vida dos empregados da organização de forma benéfica, pois os indivíduos entendem que “por meio do ensino e da aprendizagem, ter dinheiro não depende tão somente do quanto se ganha, mas, principalmente, do quanto se gasta e dos hábitos e da disciplina para reduzir esses gastos” (SARMENTO, 2020).

Partindo do pressuposto de que funcionários com bem-estar ou problema financeiro afetam diretamente no aumento ou diminuição de rendimento do trabalho, e como as

organizações lidam com essas situações, o presente estudo procura responder a seguinte questão de pesquisa: de que forma a educação financeira tem sido abordada e praticada pelos departamentos de recursos humanos, nas organizações do trabalho?

Para responder este problema de pesquisa, o estudo tem por objetivo analisar o enfoque dado à educação financeira, no contexto das organizações do trabalho, em produções científicas brasileiras sobre educação financeira. E para alcançar esta finalidade, esta pesquisa visa: a) realizar o levantamento de artigos voltados ao tema educação financeira, publicados em periódicos nacionais com estratos Qualis A1, A2, B1 e B2, e nos anais do Encontro da ANPAD, no período de 2000 a 2020; b) identificar, por meio da análise do conteúdo dos artigos selecionados, elementos característicos da metodologia empregada, e relativos aos resultados e implicações gerados pelos trabalhos; c) analisar os temas presentes nos resultados e implicações gerados pelos artigos e; d) discutir o enfoque dado, dentre os artigos, à educação financeira no âmbito das organizações do trabalho.

Esta pesquisa justifica-se pela grande quantidade de brasileiros que fazem má gestão das finanças pessoais por não terem bons fundamentos da educação financeira, e os problemas financeiros podem afetar em seus comportamentos no local de trabalho. Este estudo bibliométrico direcionou-se às organizações com o propósito de identificar se há preocupação com os funcionários em relação às finanças pessoais e o que elas têm feito para os auxiliarem, tanto os que estão com dificuldade financeira quanto os que possuem equilíbrio financeiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O termo finanças pode ser definido como o gerenciamento dos recursos financeiros, realizado pelas pessoas e empresas, a fim de obterem ganhos financeiros, fazerem investimentos e pagamentos, e adquirirem recursos. “A área de finanças preocupa-se com os processos, as instituições, os mercados e os instrumentos associados à transferência de dinheiro entre indivíduos, empresas e órgãos governamentais”, de acordo com Gitman (2004, p. 4).

Silva, Benevides, Duarte, Oliveira e Cordeiro (2018, p. 216) consideram finanças pessoais como “todo o fluxo monetário de um indivíduo ou família necessário para a sobrevivência perante a economia baseada na moeda e crédito”. As finanças pessoais estão relacionadas com a educação financeira, que é um modelo de propagação do conhecimento para a capacitação de indivíduos, com o intuito de torná-los aptos nas melhores escolhas financeiras,

que tenham embasamento e que sejam asseguradas, proporcionando melhor gestão das finanças pessoais. Deste modo, os indivíduos sentem-se incluídos na comunidade e expandem seus conhecimentos no mercado financeiro, o que resulta na satisfação pessoal (SAVOIA, SAITO; SANTANA, 2007).

Conforme Lusardi e Mitchell (2007 *apud* SILVA; MAGRO; GORLA; NAKAMURA, 2017, p. 287, tradução nossa), a educação financeira resulta em técnicas para aumentar “o conhecimento de consumidores e investidores na compreensão do conceito e dos instrumentos financeiros, através da comunicação, do ensino educacional, da consultoria, e dos riscos financeiros que podem advir”.

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) define a educação financeira como:

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar (OECD, 2013, p. 11, tradução nossa).

Este tema tem por objetivo orientar as pessoas a administrar, orçar, acumular e investir seus ganhos financeiros, segundo a plataforma OECD (2005, tradução nossa), além de auxiliar na escolha de produtos e serviços financeiros (PEREIRA, CAVALCANTE; CROCCO, 2019). Portanto, mediante os conceitos apresentados sobre a educação financeira, constata-se que ambos constituem os mesmos elementos, pois estão fundamentados em promover a capacitação que favorece na tomada de decisões do gerenciamento financeiro pessoal.

Dentro da educação financeira é abordado o planejamento financeiro, que Paiva (2013, p. 21) o conceitua como:

Um plano para se chegar à condição financeira desejada, não somente material, mas também pessoal e profissional. Ou ainda, como o processo de gerenciar o dinheiro, de controlar a situação financeira, visando atingir ou permitir a satisfação pessoal para atender necessidades e alcançar objetivos no decorrer da vida.

O planejamento financeiro tem sido imprescindível para as pessoas nos últimos anos, pois é notável as que estão em equilíbrio financeiro e as que passam por momentos difíceis para se manterem até o final do mês. Organizar a vida financeira resulta em melhor domínio sobre a renda salarial, mais discernimento nas decisões e melhor uso do ganho financeiro (CERBASI, 2015).

Cerbasi (2015, p. 13) cita sobre os indivíduos que acreditam possuir uma vida financeira em equilíbrio, embora não costumam agir com discernimento no planejamento financeiro:

Quanto mais você aperfeiçoar sua organização financeira, menos dúvida terá na hora de fazer escolhas de consumo, investimento e realizações pessoais, e mais eficientes serão essas opções. Além disso, quanto mais você exercitar sua organização financeira, mais disciplinado será o seu dia a dia e, com isso, mais organização você terá em outros aspectos da vida.

Em 1990, o Brasil passou por uma transição para a adesão ao neoliberalismo e, neste processo, houve várias transformações devido à inserção da globalização, nos âmbitos tecnológico, educacional, financeiro e produtivo. Diante deste cenário, o governo se reestruturou em relação ao fornecimento de produtos, serviços e segurança nos contextos sociais e regulatórios. Outro fator que impulsionou essa nova estrutura foi a implementação do Plano Real, que estabilizou a moeda e concedeu o equilíbrio da inflação. No entanto, no período da hiperinflação o consumo era imediato, a população estava acostumada com a tomada de decisões financeiras a curto prazo pela incerteza das variações de preços, não estavam educadas para o planejamento financeiro a longo prazo (SAVOIA, SAITO; SANTANA, 2007).

Savoia, Saito e Santana (2007, p. 1.124) mencionam que “com a estabilidade, invertem-se as premissas e os prazos são ampliados progressivamente. Os ativos financeiros são valorizados em relação à imóveis, terras e outros bens reais”. Essa mudança passa por um processo extenso de aprendizagem pelas pessoas sobre o novo modelo de controle das próprias finanças. A partir disso, as decisões de consumo começam a ser modificadas e surge como obstáculo a compreensão sobre o planejamento a longo prazo para poupar, adquirir bens, buscar informações sobre as diversas opções de crédito e saber usar a tecnologia para transações financeiras.

Ainda segundo Savoia, Saito e Santana (2007), o governo facilitou o acesso ao crédito para estimular o consumo de produtos e serviços, a fim de elevar a produção para fomentar o crescimento econômico. Porém, somente a população na aquisição de bens e serviços não é o suficiente para incentivar o crescimento econômico. Deste modo, a falta de orientação para os cidadãos sobre a vida financeira acarretou em famílias endividadas e/ou inadimplentes, o que desfavoreceu a economia.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito ([SPC], 2016), o endividamento refere-se aos valores financeiros que precisam ser quitados, independente se ainda estão dentro do prazo de pagamento ou não:

A economista chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, lembra que assim como todas as contas em atraso, as parcelas ainda não vencidas de qualquer aquisição constituem, também, dívidas assumidas pelo consumidor. O risco de desconsiderar as compras parceladas como parte do endividamento é justamente exagerar no consumo de longo prazo, fazendo uma série de dívidas que em pouco tempo podem levar o consumidor ao desastre nas finanças pessoais e à consequente inadimplência.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo ([FECOMERCIOESP], 2014) relata que o endividamento familiar está relacionado com as despesas de consumo, com o intuito de sustentar a mesma estimativa de gasto mensal, provocando o acúmulo descontrolado das dívidas. O Brasil não é um país que investe e incentiva na capacitação financeira da população, mas há instituições (órgãos governamentais, instituições financeiras e de ensino, associações e mídia) que orientam os clientes a terem uma vida financeira em equilíbrio (SAVOIA, SAITO; SANTANA, 2007).

Na última década este tema está se tornando relevante, pois as pessoas têm buscado pela capacitação no assunto e, inclusive, tem aumentado significativamente a quantidade de investidores na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) – apenas em junho de 2020, as transações de pessoas físicas somaram mais de R\$ 348 bilhões, conforme o portal B3 (2020).

Paralelamente, somente nos últimos dez anos que o governo brasileiro identificou e tem discutido sobre a importância da educação financeira como política pública, e em 2010 implantou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) com o auxílio da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o intuito de propagar a educação financeira e a segurança nacional, proporcionar a capacitação financeira para decisões conscientes, e melhoria significativa no mercado financeiro (OCDE, 2018). A Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil) decretou em 2017, com o apoio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que a Educação Financeira deve ser incluída na grade curricular das escolas do Brasil, com a inserção obrigatória em uma disciplina acadêmica, a partir de 2020 (portal ENEF, 2020).

De acordo com o estudo realizado por Savoia, Saito e Santana (2007), apesar da educação financeira no Brasil estar em desenvolvimento, o seu grau de estruturação ainda é baixo em comparação com os Estados Unidos e o Reino Unido, pois nesses países o tema é de forte engajamento por diversas instituições. Ressaltando que essa desconformidade está vinculada aos históricos, as questões culturais e no comprometimento das organizações em geral para transmitir este conhecimento.

Savoia, Saito e Santana (2007) enfatizam que a fase da hiperinflação que os brasileiros vivenciaram, prejudicou na habilitação da gestão financeira de longo prazo mesmo após a

inserção do Plano Real. Apesar da diversidade de bens e serviços financeiros que surgiram no decorrer dos anos e os indivíduos foram adquirindo conhecimento sobre eles, a educação financeira não foi implementada no país de forma oficial. Apenas em 2020 que será inserida na grade escolar como obrigatoriedade (plataforma ENEF, 2020).

2.2 FORMAS DE SE PROMOVER A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ORGANIZAÇÕES

O departamento de Recursos Humanos possui um papel fundamental nas organizações, e Almeida, Teixeira e Martinelli (1993, p. 14) descrevem que:

A área de Recursos Humanos tem uma particularidade que a distingue das outras, pois ela não só trata da estratégia da empresa quanto ao envolvimento das pessoas para o atingimento dos objetivos organizacionais, como trata da estratégia para o atendimento das suas próprias necessidades. Esta segunda dimensão da estratégia de Recursos Humanos é, muitas vezes, esquecida, tratando-se apenas da estratégia dos Recursos Humanos, como a área de Finanças irá tratar dos Recursos Financeiros. Neste aspecto, é importante que visualizemos as organizações como algo que é feito para servir às pessoas, sejam os proprietários, dirigentes, funcionários, clientes, fornecedores etc. e que estas pessoas, por sua vez, terão que contribuir de alguma forma para a organização.

As corporações precisam dos funcionários focados nas estratégias empresariais, para obterem os resultados esperados. Santos (2013) cita que os colaboradores que passam por dificuldades financeiras podem ocasionar um problema para as instituições devido à diminuição do desempenho, pois aumenta o absenteísmo e o presenteísmo, reduz a produtividade, eleva o estresse, diminui a concentração e a atenção. Celia Natale Moscardi, diretora da Conexão Desenvolvimento Empresarial, também relata que: “um profissional que está com dificuldades financeiras não se concentra direito nas suas atividades, produz menos, sofre até mais acidentes. É por isso que esse tema tem ganhado importância no âmbito da gestão de recursos humanos” (portal Administradores, 2018).

Santos (2013) realizou a pesquisa em uma empresa que atua no ramo da educação financeira, com a finalidade de comprovar que os colaboradores que fazem o gerenciamento financeiro pessoal obtêm melhor performance no ambiente empresarial e que, todos os cargos, sem exceções, devem usufruir deste aprendizado. Santos (2013, p. 146) questionou na empresa estudada o que levou a adesão da educação financeira para os empregados, e a resposta foi que estava ocorrendo o “absenteísmo, os pedidos de adiantamento de benefícios, os pedidos de demissão visando receber os direitos trabalhistas, aumento na utilização das linhas de crédito como o empréstimo consignado e o aumento na utilização de serviços médicos”. Moscardi

(2010 *apud* SANTOS, 2013) afirma que indivíduos endividados estão mais sujeitos a terem problemas de saúde e, conseqüentemente, terão mais despesas médicas. Assim, as corporações elevarão os gastos com convênio médico.

Além disto, no estudo de Santos (2013) o entrevistado informou que quando as organizações inserem o programa de ensino da educação financeira para os funcionários, o resultado de melhoria é apresentado em até seis meses, os colaboradores se sentem importantes por notarem que as corporações preocupam com o bem-estar deles e obtêm melhor desempenho no trabalho. Santos (2013) constatou que o *marketing* publicitário e o crédito fácil são fatores relevantes para o endividamento das famílias, independentemente da classe social, porém as pessoas de cargos médios estão mais suscetíveis aos problemas financeiros, pois quando aumentam a renda, elevam os gastos na busca de melhoria do padrão de vida.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 e apurou dados da POF 2002-2003 e POF 2008-2009 para comparação, e obteve os seguintes resultados: as “despesas correntes e de consumo” da POF 2017-2018 resultaram em 92,7% e 81,0%, mas permanecem estáveis em comparação com as POFs dos anos anteriores. “Outras despesas correntes” (impostos pagos) tiveram poucas variações no orçamento familiar. Em relação às despesas no “aumento do ativo” (investimento em patrimônio), na POF 2017-2018 houve redução, correspondeu a 4,1%, mas manifesta pouca alteração em relação às demais POFs. Por fim, as rendas das famílias para a “diminuição do passivo” (diminuição das dívidas) aumentaram 1,1% referente à POF 2008-2009 e POF 2017-2018, equivalendo a 3,2% em 2017-2018 (IBGE, 2019).

O final do ano - com o 13º salário, datas comemorativas, férias, viagens, presentes e eventos - coopera para aumentar os gastos, mas se o orçamento financeiro não for bem estruturado, ocasiona em um grave problema, visto que em janeiro tem o pagamento de impostos, e a matrícula e o material escolar dos filhos. Para os empregados não passarem por essa situação de endividamento, há instituições que durante o ano os apoiam com o programa de educação financeira por meio de palestras, cursos, orientação diretamente de um consultor financeiro ou até mesmo criam técnicas de ensino que abrange toda a família (portal Administradores, 2018). Savoia, Saito e Santana (2007), também, relatam sobre os sistemas de educação financeira que as corporações oferecem aos empregados, que são: palestras, cartilhas de educação ao investidor, orientações sobre o planejamento financeiro, informações sobre produtos financeiros e investimentos, *e-learning*, e cursos.

Santos (2013) reforça que além destas corporações ajudarem os colaboradores endividados, elas não são prejudicadas pelas ações oriundas de quem passa por dificuldade

financeira. E menciona que várias organizações viram a importância do equilíbrio financeiro dos funcionários e têm aplicado o sistema de ensino recomendado.

Mediante as informações apresentadas, observa-se a relevância das pessoas possuírem este conhecimento e das empresas as educarem sobre a gestão financeira pessoal. Desta forma, resulta em melhores ambientes de trabalho, com colaboradores com bem-estar financeiro e engajados nos objetivos organizacionais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Por meio deste estudo, buscou-se examinar a forma que a educação financeira é tratada no âmbito organizacional do trabalho, e foi desenvolvido com a análise das produções científicas que abordam a educação financeira. A estratégia de pesquisa aderida é o estudo bibliométrico que, de acordo com Okubo (1997, p. 3, tradução nossa), trata-se de uma análise que pode englobar diferentes modelos de documentos científicos (como “artigos, publicações, citações, patentes e outros, indicadores mais complexos”), além de ser um excelente método para identificar e examinar o desenvolvimento dos estudos científicos em geral, tanto nacionais quanto internacionais.

Abordagens bibliométricas, onde a ciência pode ser retratada por meio dos resultados obtidos, são baseadas na noção de que a essência da pesquisa científica é a produção de “conhecimento” e que a literatura científica é a manifestação constituinte desse conhecimento (OKUBO, 1997, p. 8, tradução nossa).

Sobre a técnica de coleta dos dados, esta deu-se por meio do levantamento bibliográfico de artigos científicos disponíveis em anais dos eventos realizados pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) e nos principais portais de periódicos - como *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Portal de Periódicos Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Na etapa de consulta das pesquisas científicas em todas as plataformas supracitadas, foram utilizados os seguintes títulos: “educação financeira”, “finanças pessoais”, “planejamento financeiro”, “endividamento” e “endividamento familiar”. Estas palavras-chave foram escolhidas por serem termos decorrentes nos artigos e livros usados para a elaboração do referencial teórico desta pesquisa.

O levantamento bibliográfico ocorreu entre o período 01 de outubro de 2020 e 05 de novembro de 2020, com o intuito de analisar o desenvolvimento dos estudos que abordam a educação financeira. E para isto, foram aplicados os seguintes critérios de inclusão e exclusão na seleção dos artigos científicos: i) ano de publicação entre 2000 e 2020 para os artigos da SPELL devido à consulta ter retornado artigos com data de publicação antes do ano 2000, e para as demais plataformas não foi inserido este critério; ii) foram desconsiderados artigos repetidos; iii) como critério de inclusão, a consulta tinha que retornar somente artigos; iv) na CAPES, devido à alta quantidade de dados provenientes da consulta, foram acrescentados critérios que considerassem apenas dados revisados por pares e na língua portuguesa e; v) exclusão dos artigos localizados na CAPES que não permitiram acessá-los por erro na página do *site*.

Após esse estágio, foram selecionados os artigos de periódicos que possuem estrato Qualis A1, A2, B1 e B2, pois estes índices indicam os maiores níveis de qualificação das produções científicas, de acordo com o sítio eletrônico CAPES (2014). Portanto, a quantidade final de artigos resultantes de cada plataforma são: EnANPAD (seis), SPELL (vinte e quatro), SciELO (dez) e CAPES (quatro), totalizando 44 artigos para investigar. No Apêndice A, Quadro 8, consta todos os artigos analisados, e estão classificados por autores e ano, título, evento/periódico e o respectivo Qualis.

Em relação às técnicas de análise dos dados, foi empregada a análise de conteúdo que, segundo Bardin (2006, p. 38) a conceitua como:

Conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. [...] A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

Sendo assim, antes de iniciar a etapa de análise do conteúdo, foi realizada a tabulação dos dados por meio da ferramenta Microsoft Excel, que possibilitou a construção da matriz de análise para conduzir a investigação dos dados com as seguintes classificações: a) número de identificação do artigo; b) autores/ano; c) título/palavras-chave; d) objetivo; e) amostra/local; f) tipo de pesquisa; g) método de pesquisa; h) técnicas de coleta dos dados; i) técnicas de análise dos dados; j) resultados e; k) implicações da pesquisa feita.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os resultados dos estudos científicos analisados estão descritos, nesta seção, referente à quantidade de publicação de artigos, por ano; características metodológicas; resultados e implicações gerados pelas pesquisas; e informações obtidas pelos estudos que abordam a educação financeira no âmbito das organizações do trabalho.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 1, sobre a quantidade de artigos publicados com o tema educação financeira e outros assuntos relacionados às finanças, observa-se que, entre 2001 e 2011, a frequência de um ou dois artigos publicados, por ano. A partir de 2012, nota-se que a frequência anual de publicações aumentou, resultando entre três e cinco artigos divulgados anualmente.

Tabela 1: Frequência de publicação de artigos em periódicos/evento por ano.

Ano de publicação	Quantidade de artigos publicados
2001	2
2005	2
2006	1
2007	1
2008	1
2011	1
2012	3
2013	4
2014	3
2015	4
2016	5
2017	5
2018	3
2019	5
2020	4

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Acredita-se que por se tratar de uma temática que ganhou destaque no Brasil a partir de 2010, com a implementação da ENEF como política pública (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE], 2018), voltada às escolas, esse tópico tem gerado repercussão entre pesquisadores brasileiros para investigar e discutir sobre a educação financeira e a estratégia adotada pelo governo brasileiro.

4.1 CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS DOS ARTIGOS ANALISADOS

A respeito da abordagem metodológica dos estudos coletados – quais sejam a natureza do método, métodos de pesquisa, técnicas de coleta dos dados e técnicas de análise dos dados –, a Tabela 2 expõe a quantidade de características dos dados apurados. No entanto, evidencia-se que, na Tabela 2, a frequência absoluta é maior que o número de artigos, devido ao fato de que mais de uma técnica de coleta ou de análise de dados pode ter sido empregada em cada estudo.

Tabela 2: Quantidade de artigos analisados por característica metodológica.

Característica metodológica	Natureza da pesquisa				Total
	Qualitativa	Quantitativa	Mista	Não informado	
Método de pesquisa					
Estudo de caso	2			3	5
Levantamento do tipo <i>survey</i>	1	10	1	1	13
Pesquisa participante	2			1	3
Pesquisa fenomenológica	1				1
Ensaio teórico				1	1
Revisão sistemática da literatura	1				1
Não informado	4	1	2	13	20
Total	11	11	3	19	44
Técnicas de coleta dos dados					
Entrevistas individuais	2		2	1	5
Questionário	4	11	3	5	23
Notas de campo				1	1
Levantamento bibliográfico	3		1	3	7
Levantamento documental	3			7	10
Observação participante	1			1	2
Não informado				4	4
Total	13	11	6	22	52
Técnicas de análise dos dados					
Análise de conteúdo	2				2
Modelagem de equações estruturais	3	11	1	6	21
Análise comparativa	1			1	2
Análise de narrativas				1	1
Análise documental	1			1	2
Análise crítica				1	1
Análise do discurso	1				1
Análise exploratória		1			1
Análise iterativa				1	1
Não informado	5		2	8	15
Total	13	12	3	19	47

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Em relação à natureza da pesquisa dos artigos analisados, observa-se que as somas das pesquisas qualitativa e quantitativa são as mesmas, totalizando 11 estudos em cada natureza destes métodos. No entanto, as pesquisas qualitativas se sobressaíram referente ao número de técnicas de coleta dos dados usadas (sendo 13) em comparação com as quantitativas (resultando em 11), apesar da pouca diferença. Além disso, as pesquisas de natureza mista adotaram seis procedimentos para coletar os dados e, em comparação com as demais naturezas dos métodos, a quantia ainda é relevante. Por último, a quantidade de técnicas de análise dos dados utilizadas nas pesquisas qualitativas, quantitativas e mistas resultaram, nesta mesma ordem, em treze, doze e três.

Quanto aos métodos de pesquisa adotados, nos artigos analisados, dentre os de natureza qualitativa verifica-se a ocorrência de estudos de casos, levantamentos do tipo *survey*, pesquisas participantes, pesquisa fenomenológica, revisão sistemática da literatura e estratégias de pesquisa que não foram informadas pelos autores. Já entre os artigos de natureza quantitativa, foram empregados levantamentos do tipo *survey* e método que não foi informado pelos autores. Sobre a pesquisa mista, foram usados levantamento do tipo *survey* e não informado pelos autores. E a respeito da natureza de pesquisa como “não informado”, foram adotados os métodos de estudos de casos, levantamento do tipo *survey*, pesquisa participante, ensaio teórico e não informado pelos autores.

O método de pesquisa que teve maior aderência pelos autores foi o levantamento do tipo *survey*, equivalente a 13 artigos (sendo de natureza qualitativa, quantitativa, mista e não informado pelos autores), e para os demais métodos variaram entre um e cinco artigos.

Em relação às técnicas de coleta dos dados, por natureza da pesquisa qualitativa, foram aplicadas entrevistas individuais, questionários, levantamentos bibliográficos, levantamentos documentais e observação participante. Quanto aos artigos classificados como quantitativos, foram usados somente questionários para obter os dados. Referente às pesquisas mistas, foram realizadas entrevistas individuais, questionários e levantamento bibliográfico. Enfim, sobre os estudos que não informaram a natureza da pesquisa, utilizaram entrevistas individuais, questionários, notas de campo, levantamentos bibliográficos, levantamentos documentais, observação participante e técnicas não informadas pelos autores.

Dentre às técnicas para obtenção dos dados, a que se destacou foi o uso de questionário, totalizando 23 pesquisas. Em segundo lugar, o procedimento mais utilizado foi levantamento documental (dez estudos), e na terceira classificação foi o levantamento bibliográfico (sete artigos). Para as demais técnicas, a quantidade difere entre um e cinco artigos.

Sobre as técnicas de análise dos dados, para os estudos qualitativos, foram utilizadas análises de conteúdo, modelagem de equações estruturais, análise comparativa, análise documental, análise do discurso e procedimentos não informados pelos autores. Já para as pesquisas quantitativas, foram aderidas apenas modelagem de equações estruturais e análise exploratória. A respeito das pesquisas de natureza mista, também, usaram modelagem de equações estruturais e há técnicas que não foram informadas pelos autores. Por último, sobre as naturezas que não foram informadas nos artigos, aplicaram modelagem de equações estruturais, análise comparativa, análise de narrativas, análise documental, análise crítica, análise iterativa e há análises não informadas pelos autores.

Entre as técnicas de análise dos dados supracitadas, a que se sobrelevou é a modelação de equações estruturais, sendo 21 artigos, e os demais métodos para análise dos dados citados na literatura resultaram entre um e dois artigos. Esta conjuntura comprova a combinação da técnica de coleta dos dados por meio do questionário e do método de pesquisa como levantamento do tipo *survey* serem os mais usados nos estudos apurados, representando, nesta mesma ordem, 23 e 13 artigos, conforme mencionado anteriormente.

Os dados apresentados na Tabela 2 como “não informado” representam elevada quantidade de artigos que não está descrito ou explícito a natureza do método, o método de pesquisa, as técnicas de coleta dos dados ou as técnicas de análise dos dados.

4.2 RESULTADOS E IMPLICAÇÕES GERADOS PELAS PESQUISAS ANALISADAS

A próxima etapa da análise de conteúdo consistiu em averiguar os resultados dos estudos feitos e, para isto, foram considerados os resultados pertinentes aos objetivos dos trabalhos. Por conseguinte, após a análise dos objetivos dos artigos e a categorização destes conforme o objetivo, foram gerados seis agrupamentos, conforme exposto no Quadro 1, que traz a estratificação dos artigos analisados por tipo de objetivo.

Referente à categoria F (os estudos não parecem se relacionar à educação financeira), contida no Quadro 1, representa os artigos selecionados para análise devido à busca no portal de periódicos SPELL com a palavra-chave “planejamento financeiro”. No entanto, ao verificar os objetivos destes estudos, constatou-se que estão direcionados para os negócios, visto que os autores discorrem sobre o planejamento financeiro para os empreendimentos da economia solidária, instituições públicas e privadas.

A respeito do último estágio da análise dos artigos, foi levado em consideração as implicações da pesquisa feita. Dentre as sugestões dos autores, uma das áreas que precisa criar

Quadro 1: Relação da categoria por objetivo com os respectivos autores.

Categoria de análise por objetivo	Artigo (autores e ano de publicação)
A) estudos que tiveram por objetivo analisar o nível de educação financeira em relação a características e comportamentos individuais diversos	<ul style="list-style-type: none"> - Andrade e Lucena (2018) - Camargo e Keiser (2008) - Campara, Vieira, Costa e Fraga (2016) - Conto, Faleiro, Führ e Kronbauer (2015) - Dietrich e Braido (2016) - Figueira e Pereira (2014) - Flores, Vieira e Coronel (2012) - Lizote, Camozzato, Cavalheiro e Aguirre (2019) - Medeiros e Lopes (2014) - Minella, Bertosso, Pauli e Dalla (2017) - Moreira e Carvalho (2013) - Oliveira e Santana (2019) - Pereira e Strehlau (2012) - Potrich, Vieira, Campara, Fraga e Santos (2014) - Santos, Garcia, Faia e Santos (2019) - Silva, T. P. et al. (2017) - Vilain e Pereira (2013)
B) estudos que tiveram por objetivo analisar os efeitos de ações de capacitação em educação financeira	<ul style="list-style-type: none"> - Buaes (2015) - Carraro e Merola (2018) - Costa e Miranda (2013) - Schuabb e França (2020) - Silva, Silva, Vieira, Desiderati e Neves (2017) - Vieira, Bataglia e Sereia (2011)
C) estudos que tiveram por objetivo discutir aspectos de políticas públicas voltadas à educação financeira	<ul style="list-style-type: none"> - Cunha (2020) - Oliveira (2012) - Pereira, Cavalcante e Crocco (2019) - Ribeiro (2020) - Saraiva (2017) - Savoia, Saito e Santana (2007)
D) estudos que tiveram por objetivo analisar questões relativas à educação financeira e mercado de investimentos	<ul style="list-style-type: none"> - Felipe, Ermel, Cassius e Mendes-da-Silva (2016) - Gaspar, Henriques e Correntes (2020) - Leite (2017)
E) estudos que tiveram por objetivo encaminhar propostas para a educação financeira	<ul style="list-style-type: none"> - Birochi e Pozzebon (2016) - Groenwald e Olgin (2018) - Ribeiro e Lara (2016) - Saleh e Saleh (2013) - Soares e Rosa (2015) - Vieira, Junior e Protich (2019)
F) os estudos não parecem se relacionar à educação financeira	<ul style="list-style-type: none"> - Araujo e Santana (2015) - Barreto e Estrada (2006) - Boas e Jones (2005) - Junior e Marques (2005) - Melo (2001) - Zanolli (2001)

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

ações que contribuem no desenvolvimento das pessoas é o departamento de gestão de pessoas/recursos humanos, que necessita agir em prol da capacitação em educação financeira dos empregados e realizar ações por meio de “cursos presenciais, *e-learning* e seminários”, que são metodologias eficazes para o aprendizado dos empregados da organização e, também, para os demais grupos sociais (OLIVEIRA; SANTANA, 2019; CONTO *et al.*, 2015; MOREIRA;

CARVALHO, 2013; CAMPARA *et al.*, 2016; FIGUEIRA; PEREIRA, 2014; SCHUABB; FRANÇA, 2020; SAVOIA, SAITO; SANTANA, 2007; BIROCHI; POZZEBON, 2016).

Além disso, outras ações que os autores sugerem têm por público-alvo universitários que não tiveram contato com o ensino da gestão financeira pessoal, e precisam ser encorajados para aprender este tema em cursos extracurriculares; as universidades precisam ser impulsionadas para realizarem programas educacionais voltados para este assunto, com o intuito de alcançar toda a comunidade; há a importância de promover o debate sobre este conhecimento aos estudantes do ensino médio e instigar neles uma visão crítica; criar diálogos que levam a reflexão dos indivíduos sobre a situação financeira atual, principalmente, para os grupos com pouca escolaridade e idosos; e a atuação de profissionais da área para orientar a população sobre conhecimentos básicos da educação financeira, com o intuito de evitar o endividamento decorrente (SANTOS *et al.*, 2019; DIETRICH; BRAIDO, 2016; BUAES, 2015; PEREIRA, CAVALCANTE; CROCCO, 2019; GROENWALD; OLGIN, 2018).

Sobre as demais propostas de ensino, há a sugestão para o “desenvolvimento de disciplinas seja ela em diferentes níveis de estudos, bem como para futuros empreendedores desenvolverem negócios com foco nessa faixa etária”, conforme designado por Minella *et al.* (2017, p. 199). Ademais, desenvolver e aderir programas educativos; criação de um método educativo para ser dialogado entre alunos do ensino superior; aplicação de um indicador financeiro, que define o nível de educação financeira dos indivíduos, a fim de proporcionar ações que atendam às necessidades de cada grupo; e produzir um *mobile banking*, “tendo como moderador a educação financeira” (POTRICH *et al.*, 2014; OLIVEIRA, 2012; VIEIRA, JUNIOR; PROTICH, 2019; SOARES; ROSA, 2015).

Em relação às outras implicações da pesquisa, visam incentivar o aprimoramento do plano nacional nas escolas brasileiras; e que o ensino do gerenciamento financeiro pessoal seja direcionado para a área educacional, e não pelo ensinamento básico idealizado pelos bancos (SILVA, T. P. *et al.*, 2017; SARAIVA, 2017). Há também a sugestão de inserir este tema, como obrigatoriedade, na grade curricular das Instituições de Ensino Superior – IES (DIETRICH; BRAIDO, 2016).

Os autores sugerem criar programas que incentivem a “renegociação das dívidas” por causa dos indivíduos que realmente não conseguem pagá-las no momento, como exposto por Campara *et al.* (2016); criar um banco de dados no Brasil, similar ao *Survey of Consumer Finances* dos Estados Unidos, pois por meio dessa base é possível obter diversos elementos que podem auxiliar na melhoria da educação financeira como política pública, conforme explícito por Felipe *et al.* (2016); e para os participantes da capacitação em educação financeira, é

sugerido que, após a programação, continuem tendo o acompanhamento de especialistas no assunto até cultivarem o hábito de fazerem o gerenciamento financeiro pessoal (CARRARO; MEROLA, 2018).

Quanto às pesquisas relacionadas aos empreendimentos e instituições, ressalta-se a necessidade de elaborar um indicador que nivele a sustentabilidade do negócio (ARAUJO; SANTANA, 2015), e utilizem uma “metodologia de acompanhamento e controles gerenciais” para identificar melhorias no orçamento financeiro (BOAS; JONES, 2005, p. 25).

Por fim, Campara *et al.* (2016, p. 82) ressalta nas implicações do estudo que é importante buscar ajuda psicológica quando os indivíduos passam por dificuldades financeiras, dado que quando se sentem bem emocionalmente, conseguirão lidar com os problemas financeiros com mais facilidade, “pois distúrbios psicológicos limitam a tomada de decisão racional”.

4.2.1 Resultados e implicações dos artigos que tiveram por objetivo analisar o nível de educação financeira em relação a características e comportamentos individuais diversos

Mediante a análise dos artigos que tiveram por objetivo analisar o nível de educação financeira em relação a características e comportamentos individuais diversos, foram identificados os seguintes temas, que emergem dos resultados encaminhados pelos estudos: a) nível de educação financeira, b) nível de educação financeira por variáveis demográficas, c) indivíduos que estudam disciplinas relacionadas às finanças/matемática, tem mais conhecimento sobre educação financeira; d) participantes das pesquisas que consideram importante o conhecimento sobre educação financeira; e) valor concedido ao dinheiro; f) resultados dos participantes dos cursos sobre educação financeira; g) ações de educação financeira; h) críticas relacionadas à educação financeira e; i) problemas relacionados a não conscientização da educação financeira. Na sequência, a apresentação e análise são feitas a partir de tais temas.

Sobre o tema *nível de educação financeira*, encontrado na literatura e que se enquadra nesta categoria, indica que os participantes das pesquisas – jovens de 18 a 34 anos, estudantes do ensino médio de escolas públicas (Blumenau - SC e Vale do Taquari - RS) e particulares (Vale do Taquari - RS), alunos da graduação em Ciências Contábeis, estudantes de especialização, e servidores públicos da Universidade Federal de Santa Maria – possuem nível médio de conhecimento da educação financeira, e conseguem elaborar um controle financeiro adequado seguindo parte das orientações da OCDE, que é ministrar e orçar a renda mensal (2005, tradução nossa), porém há dificuldade de uma parcela dos respondentes em acumular e

investir, que se refere às outras duas orientações da OCDE (2005, tradução nossa) sobre o ganho financeiro. (MINELLA *et al.*, 2017; SILVA, T. P. *et al.*, 2017; CONTO *et al.*, 2015; MEDEIROS; LOPES, 2014; DIETRICH; BRAIDO, 2016; FLORES, VIEIRA; CORONEL, 2012).

Os resultados também apontam que indivíduos que estudaram matérias relacionadas às finanças, e corporações que oferecem cursos e treinamentos para os empregados que nelas trabalham, ocasionam em estudantes com maior nível de conhecimento financeiro e funcionários mais atentos à gestão financeira pessoal (SANTOS *et al.*, 2019; DIETRICH; BRAIDO, 2016; CAMARGO; KEISER, 2008; LIZOTE *et al.*, 2019). Em contrapartida, um estudo realizado com professores de uma escola municipal situada na Bahia e outra pesquisa feita com advogados de uma cidade de Santa Catarina, constataram a falta do planejamento e gerenciamento financeiro, que originaram as dívidas devido ao uso inadequado do crédito por parte dos professores e a importância do *status* proveniente do meio social entre advogados (MOREIRA; CARVALHO, 2013; VILAIN; PEREIRA, 2013).

Oliveira e Santana (2019) ressaltam que as corporações que investem em programas de educação financeira para os empregados, obtêm retorno positivo, pois os indivíduos adquirem atitude financeira e aprimoram o comportamento financeiro, facilitando na tomada de decisões financeiras. Além disso, estes autores, Oliveira e Santana (2019, p. 146, tradução nossa), citam que:

A educação financeira pode contribuir para o desenvolvimento de competências que promovam a priorização no planejamento da utilização dos recursos financeiros disponíveis para atender às necessidades do empregado, aumentando seu bem-estar financeiro e, conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida do empregado.

Em relação ao tema *nível de educação financeira por variáveis demográficas*, os resultados revelam que gênero é uma característica demográfica estatisticamente determinante, pois os homens manifestaram maior entendimento financeiro em comparação com as mulheres (ANDRADE; LUCENA, 2018; POTRICH *et al.*, 2014). Além disso, indivíduos que se enquadram em uma classe social com mais ganhos financeiros ou que a quantidade de pessoas na família é menor, há maior nível de conhecimento em gestão financeira (SILVA, T. P. *et al.*, 2017).

Referente a classificação *indivíduos que estudam disciplinas relacionadas às finanças/matемática, tem mais conhecimento sobre educação financeira* é comprovada por dois estudos que tiveram como amostragem acadêmicos (ANDRADE; LUCENA, 2018;

SANTOS *et al.*, 2019). Portanto, estes autores informam que na graduação, o contato dos alunos com disciplinas sobre “economia, finanças e matemática” proporcionam maior conhecimento financeiro em comparação com os demais estudantes.

Quanto aos *participantes das pesquisas que consideram importante o conhecimento sobre educação financeira*, é um fator significativo encontrado nos dados de Andrade e Lucena (2018), pois mesmo os respondentes acadêmicos que possuem baixo nível de conhecimento financeiro veem a importância deste tópico para a “gestão das finanças pessoal e o orçamento doméstico”.

Em relação aos achados de Minella *et al.* (2017) e Vilain e Pereira (2013) demonstram expressivamente o *valor concedido ao dinheiro* em virtude da alta satisfação ao realizar os desejos e alcançar as metas definidas, através do consumo, de acordo com a amostragem de jovens de 18 a 34 anos e advogados de Florianópolis – SC.

No tocante às *resultas dos participantes dos cursos sobre educação financeira*, proporcionam mudanças significativas na vida das pessoas, pois melhora o conhecimento no gerenciamento financeiro pessoal (OLIVEIRA; SANTANA, 2019). Vale ressaltar o seguinte resultado obtido na pesquisa de Oliveira e Santana (2019, p. 145, tradução nossa):

[...] os funcionários que tiveram maior participação no programa de educação financeira apresentam maiores níveis de alfabetização financeira e maior percepção da ajuda que o programa promove na gestão de suas finanças pessoais. Esses resultados levam à ideia de que a participação no programa gera maior compreensão das questões financeiras, conscientizando sobre a importância do tema para o alcance de níveis mais elevados de bem-estar financeiro.

Sobre os artigos de Silva, T. P. *et al.* (2017) e Conto *et al.* (2015), de modo geral, relatam sobre a necessidade de *ações de educação financeira* para tornar adultos conscientes sobre a gestão financeira e formar adultos que saibam administrar efetivamente as finanças pessoais. As escolas têm responsabilidade em fornecer boa fundamentação na educação financeira aos alunos, e cursos sobre finanças pessoais contribuem na mudança imediata do comportamento financeiro dos participantes.

Com respeito à pesquisa de Santos *et al.* (2019, p. 107), faz *críticas relacionadas à educação financeira* em relação à “ausência de ensino sobre finanças pessoais em todas as fases educacionais brasileiras e que, por meio dos resultados apresentados, verifica-se que refletem nas práticas financeiras dos cidadãos adultos”.

Quanto aos resultados evidenciados sobre os *problemas relacionados a não conscientização da educação financeira*, o que se sobressai é o endividamento, que ocorre pela

má gestão dos recursos financeiros; gastos excessivos; empréstimo do nome para uma pessoa que já está endividada e/ou inadimplente; relações dadas que sofrem pela interferência do divórcio, “mudança de cidade, doença” e, para manter esta relação dadas, a fim de suprir estes problemas externos, fazem mais dívidas; e o uso inadequado do cartão de crédito – as amostras destes estudos são pessoas endividadas e/ou inadimplentes, e universitários – (CAMPARA *et al.*, 2016; PEREIRA; STREHLAU, 2012; FIGUEIRA; PEREIRA, 2014). A situação de endividamento, também, ocasiona em problemas psicológicos, como: “maiores preocupações, desconforto, angústia, mágoa, constrangimento e vergonha, não conseguem obterem crédito e muitas vezes são cobrados por familiares por encontrarem-se nessa situação” (CAMPARA *et al.*, 2016, p. 82).

O quadro seguinte apresenta a estratificação dos temas dos resultados referente aos artigos abordados nesta análise.

Quadro 2: Relação dos temas dos resultados dos artigos com os respectivos autores.

Temas de análise dos resultados dos artigos	Artigo (autores e ano de publicação)
a) nível de educação financeira	- Camargo e Keiser (2008) - Conto <i>et al.</i> (2015) - Dietrich e Braido (2016) - Flores, Vieira e Coronel (2012) - Lizote <i>et al.</i> (2019) - Medeiros e Lopes (2014) - Minella <i>et al.</i> (2017) - Moreira e Carvalho, 2013 - Vilain e Pereira (2013) - Santos <i>et al.</i> (2019) - Silva, T. P. <i>et al.</i> (2017)
b) nível de educação financeira por variáveis demográficas	- Andrade e Lucena (2018) - Potrich <i>et al.</i> (2014)
c) indivíduos que estudam disciplinas relacionadas às finanças/matemática, tem mais conhecimento sobre educação financeira	- Andrade e Lucena (2018) - Santos <i>et al.</i> (2019)
d) participantes das pesquisas que consideram importante o conhecimento sobre educação financeira	- Andrade e Lucena (2018)
e) valor concedido ao dinheiro	- Minella <i>et al.</i> (2017) - Vilain e Pereira (2013)
f) resultados dos participantes dos cursos sobre educação financeira	- Oliveira e Santanta (2019)
g) ações de educação financeira	- Conto <i>et al.</i> (2015) - Silva, T. P. <i>et al.</i> (2017)
h) críticas relacionadas à educação financeira	- Santos <i>et al.</i> (2019)
i) problemas relacionados a não conscientização da educação financeira	- Campara <i>et al.</i> (2016) - Figueira e Pereira (2014) - Pereira e Strehlau (2012)

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4.2.2 Resultados e implicações dos artigos que tiveram por objetivo analisar os efeitos de ações de capacitação em educação financeira

Neste tópico é demonstrado a análise feita dos artigos coletados que tiveram por objetivo analisar os efeitos de ações de capacitação em educação financeira. Dentro desta categoria, foram aderidos os temas: a) nível de educação financeira; b) nível de educação financeira por variáveis demográficas; c) indivíduos que estudam disciplinas relacionadas às finanças/matemática, tem mais conhecimento sobre educação financeira; d) participantes das pesquisas que consideram importante o conhecimento sobre educação financeira; f) resultados dos participantes dos cursos sobre educação financeira; g) ações de educação financeira; h) críticas relacionadas à educação financeira; i) problemas relacionados a não conscientização da educação financeira e; j) conhecimento de ativos financeiros. A seguir, é apresentada a análise por meio destes temas.

Quanto aos resultados desta categoria por objetivo, indicam, mais uma vez, a importância de adquirir habilidades para gerenciar as finanças pessoais, pois os brasileiros não sabem fazer um bom planejamento financeiro a curto, médio e longo prazo devido à falta da alfabetização financeira - tema *nível de educação financeira*, tendo como amostra servidores federais de uma Instituição de Ensino Superior (IES), pesquisas científicas, alunos de graduação de uma IES, e estudantes de pós-graduação de outra IES - (CARRARO; MEROLA, 2018; SCHUABB; FRANÇA, 2020; SILVA, G. O. *et al.*, 2017).

Referente ao *nível de educação financeira por variáveis demográficas*, a amostragem de 345 respondentes permitiu confirmar que indivíduos com maior conhecimento financeiro tendem a poupar mais (COSTA; MIRANDA, 2013). Além disso, o estudo feito por Vieira, Bataglia e Sereia (2011) também enfatiza que a escolaridade no nível superior proporciona capacitação financeira - mediante os resultados obtidos com os dados coletados dos estudantes de graduação da Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis -, porém contrasta que há outros meios que ajudam no entendimento das finanças, como “a experiência prática e a família” – tema *indivíduos que estudam disciplinas relacionadas às finanças/matemática, tem mais conhecimento sobre educação financeira*.

Sobre os *participantes das pesquisas que consideram importante o conhecimento sobre educação financeira*, informam a importância de refletir sobre as necessidades e condição financeira atual, e fazer “pesquisas de preço” antes de realizar uma compra. Além de concordarem ser crucial terem o acompanhamento individual e coletivo por um(a) profissional da área, para auxiliar no planejamento financeiro – amostra: servidores federais de uma IES

(CARRARO; MEROLA, 2018). Schuabb e França (2020, p. 88) reforçam, por meio da amostra de pesquisas científicas, que “[...] o estado da arte do planejamento para a aposentadoria, no cenário brasileiro, aponta para a importância do aspecto financeiro nessa etapa da vida”.

A respeito das *resultas dos participantes dos cursos sobre educação financeira*, servidores federais de uma IES e “mulheres idosas com baixa escolaridade”, evidenciam que o ensino foi eficaz, pois nos relatos citam que adquiriram novos costumes, como anotar os gastos e fazer controle financeiro, e compreenderam alguns termos financeiros (CARRARO; MEROLA, 2018; BUAES, 2015).

Quanto as *ações de educação financeira* propostas por Schuabb e França (2020, p. 89) indicam que:

[...] as organizações públicas e privadas, bem como a sociedade em geral, poderão oferecer intervenções, serviços e estratégias que possibilitem aos trabalhadores se antecipar na organização de suas finanças e poupança necessária para o alcance do estilo de vida desejável e possível.

Sobre Schuabb e França (2020, p. 88), fazem *críticas relacionadas à educação financeira* em seu estudo, pois apesar do tema educação financeira ter sido inserido no território brasileiro, “é preciso avaliar o quanto as instituições de educação formal e as organizações de trabalho têm incorporado tais práticas na gestão de recursos humanos”, e identificar os resultados provenientes das ações de educação financeira executadas por estas instituições e corporações. Por fim, ressaltam que a responsabilidade é, principalmente, do governo por ter demorado instituir este tema no Brasil, e pelo cenário atual que a população se encontra em relação ao nível de conhecimento financeiro.

A respeito dos *problemas relacionados a não conscientização da educação financeira* ocasiona no “sofrimento emocional causado pelo descontrole financeiro” e, por isso, há a necessidade urgente do Estado, das instituições e das organizações de trabalho implementarem ações que visam educar a sociedade para que aprendam e sejam conscientes da importância da gestão financeira pessoal e, inclusive, se programem para a aposentadoria (SCHUABB e FRANÇA, 2020, p. 89).

Por último, referente à pesquisa realizada por Vieira, Bataglia e Sereia (2011) resulta que estudantes que estão concluindo o ensino superior em Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, costumam realizar investimentos no mercado financeiro, por terem maior conhecimento em comparação com os alunos dos primeiros anos destes cursos – tema *conhecimento de ativos financeiros*.

O quadro seguinte apresenta a estratificação dos temas dos resultados referente aos artigos abordados nesta análise.

Quadro 3: Relação dos temas dos resultados dos artigos com os respectivos autores.

Temas de análise dos resultados dos artigos	Artigo (autores e ano de publicação)
a) nível de educação financeira	- Carraro e Merola (2018) - Schuabb e França (2020) - Silva, G. O. <i>et al.</i> (2017)
b) nível de educação financeira por variáveis demográficas	- Costa e Miranda (2013)
c) indivíduos que estudam disciplinas relacionadas às finanças/matemática, tem mais conhecimento sobre educação financeira	- Vieira, Bataglia e Sereia (2011)
d) participantes das pesquisas que consideram importante o conhecimento sobre educação financeira	- Carraro e Merola (2018) - Schuabb e França (2020)
f) resultados dos participantes dos cursos sobre educação financeira	- Buaes (2015) - Carraro e Merola (2018)
g) ações de educação financeira	- Schuabb e França (2020)
h) críticas relacionadas à educação financeira	- Schuabb e França (2020)
i) problemas relacionados a não conscientização da educação financeira	- Schuabb e França (2020)
j) conhecimento de ativos financeiros	- Vieira, Bataglia e Sereia (2011)

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4.2.3 Resultados e implicações dos artigos que tiveram por objetivo discutir aspectos de políticas públicas voltadas à educação financeira

Por meio da análise dos artigos, realizada com o agrupamento de objetivos similares a esta categoria de pesquisas que tiveram por objetivo discutir aspectos de políticas públicas voltadas à educação financeira, foram definidos o uso dos seguintes temas: a) nível de educação financeira; b) nível de educação financeira por variáveis demográficas; g) ações de educação financeira e; h) críticas relacionadas à educação financeira. A amostra das pesquisas inseridas nesta categoria tem em comum literatura, documentos e *sites*. A seguir é exibida a análise feita com os temas mencionados.

Sobre o estudo de Savoia, Saito e Santana (2007), explana que antes do Plano Real a população brasileira estava acostumada com o consumo imediato devido à inflação, portanto, este período prejudicou o controle financeiro a longo prazo das pessoas. Mas após o Plano Real, o mercado financeiro foi aprimorando, criando novos produtos/serviços e os cidadãos tiveram que conhecer os novos recursos financeiros disponíveis no mercado. Outro estudo que relata sobre o *nível de educação financeira* pertence ao Oliveira (2012), que afirma que os indivíduos com maior conhecimento financeiro obtêm mais ganhos monetários devido compreenderem

sobre os recursos financeiros. No entanto, o autor menciona que a maioria dos brasileiros não possuem entendimento deste ramo financeiro, principalmente em relação ao crédito fácil. Contrapondo estes argumentos, Oliveira (2012) ainda ressalta que instituições bancárias querem pessoas educadas financeiramente para adquirirem seus produtos e serviços, mas, por outro lado, quanto mais pessoas sem controle financeiro, mais lucro para os bancos.

A respeito do *nível de educação financeira por variáveis demográficas*, Oliveira (2012) ainda cita que a classe alta, privilegiada, possui bons conhecimentos em educação financeira, e há morosidade para as classes mais baixas receberem este conteúdo, ou ocorre de nunca terem este acesso.

No tocante aos resultados obtidos no tema *ações de educação financeira*, Savoia, Saito e Santana (2007), Pereira, Cavalcante e Crocco (2019) e Saraiva (2017) afirmam que o plano nacional de capacitação em educação financeira no Brasil ainda é básico, e está voltado para um ensino traçado e que deve ser seguido exatamente na metodologia desenvolvida, sem abertura para reflexões “sobre os efeitos do capitalismo financeiro”. Com isto, Pereira, Cavalcante e Crocco (2019, p. 556) desenvolveram um plano nacional que não remete unicamente a “decisão financeira individual abstrata (como tratado pela abordagem convencional e seguida pelos formuladores da ENEF), mas também da relação deste indivíduo, em seu contexto socioeconômico, com todo o sistema financeiro”.

Acerca da literatura analisada, há *críticas relacionadas à educação financeira* como um plano nacional do Brasil, pois mostram que há diversos interesses envolvidos, e que não se trata de ajudar a população em adquirir capacitação em educação financeira e, inclusive, a instituição deste conteúdo no currículo escolar não foi executado mediante a opinião e participação dos cidadãos interessados (CUNHA, 2020). Um resultado citado por Saraiva (2017) foi indagado no *site* Vida e Dinheiro (da ENEF), por criarem na plataforma um tema chamado Previdência, sendo que este assunto poderia estar incluído no tema Poupança, Seguros e até mesmo em Planejamento, mas preferiram destacá-lo a fim de incentivar a adesão da previdência privada. Portanto, Cunha (2020) e Saraiva (2017) afirmam que a proposta da implementação da educação financeira no Brasil é direcionada para consumidores, e não para auxiliar os consumidores. “O país ainda necessita evoluir muito em relação às questões de inclusão financeira” (OLIVEIRA, 2012, p. 13).

O quadro seguinte apresenta a estratificação dos temas dos resultados referente aos artigos abordados nesta análise.

Quadro 4: Relação dos temas dos resultados dos artigos com os respectivos autores.

Temas de análise dos resultados dos artigos	Artigo (autores e ano de publicação)
a) nível de educação financeira	- Oliveira (2012) - Savoia, Saito e Santana (2007)
b) nível de educação financeira por variáveis demográficas	- Oliveira (2012)
g) ações de educação financeira	- Pereira, Cavalcante e Crocco (2019) - Saraiva (2017) - Savoia, Saito e Santana (2007)
h) críticas relacionadas à educação financeira	- Cunha (2020) - Oliveira (2012) - Saraiva (2017)

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4.2.4 Resultados e implicações dos artigos que tiveram por objetivo analisar questões relativas à educação financeira e mercado de investimentos

Esta análise compreendeu agrupar artigos que tiveram por objetivo analisar questões relativas à educação financeira e mercado de investimentos. Assim, foram encontrados os temas: a) nível de educação financeira; b) nível de educação financeira por variáveis demográficas; g) ações de educação financeira; h) críticas relacionadas à educação financeira e; j) conhecimento de ativos financeiros. No próximo parágrafo em diante, é apresentada a discussão da análise realizada por meio destes temas.

Em relação aos resultados obtidos dos investidores participantes da pesquisa e “a leitura de autores da socioeconomia”, mostram que a educação financeira é um conhecimento requisitado para os investidores, pois quem compreende mais sobre o mercado financeiro, consegue indagar os melhores investimentos sem depender de um consultor financeiro, e as pessoas com entendimento básico ou nulo sobre este ensino, precisam estudar para se aprimorarem, e cultivarem a cultura de poupar mais e investir em ações, embasado no conhecimento adquirido em programas educacionais acerca deste assunto – tema *nível de educação financeira* (GASPAR, HENRIQUES; CORRENTES, 2020; LEITE, 2017).

Quanto ao *nível de educação financeira por variáveis demográficas*, estatisticamente, há forte influência em relação à idade ao confiar e participar do mercado de investimentos - a amostra que colaborou neste achado refere-se as respostas de investidores e “*Survey of Consumer Finances (SCF)* nos períodos de 2007 (pré-crise – com 22.085 respondentes) e 2013 (pós-crise – com 30.075 participantes), decorrente da crise do *Subprime*” - (GASPAR, HENRIQUES; CORRENTES, 2020; FELIPE *et al.*, 2016).

Em relação ao estudo realizado por Leite (2017, p. 127 *apud* Leite, 2011), as *ações de educação financeira* “funcionam como um filtro que, por meio de programas, métodos, livros,

eventos, palestras, revistas, jornais e telejornais, buscam ressignificar as práticas econômicas”, haja vista os últimos dez anos, ao destacar à figura do investidor em oposição à imagem do consumidor endividado.

No tocante às *críticas relacionadas à educação financeira*, discutidas por Leite (2017, p. 127), revelam que “qualquer pauta em relação aos aspectos econômicos, como crédito, endividamento, poupança e investimento” resultam na justificativa de instituições públicas e privadas em defender a necessidade de disseminar a educação financeira, e promover a personificação do investidor ideal. “Assim, legitima-se a especulação, revestida de investimento, para o bem da nação”.

Quanto ao *conhecimento de ativos financeiros*, diagnosticado por Felipe *et al.* (2016), aponta que após os estadunidenses vivenciarem a crise financeira de 2007, conhecida como crise do *Subprime*, os norte-americanos mudaram as formas de investimentos, porém tem-se que entender as limitações existentes entre estes indivíduos nas decisões de investimentos, em virtude do nível de educação financeira.

O quadro seguinte apresenta a estratificação dos temas dos resultados referente aos artigos abordados nesta análise.

Quadro 5: Relação dos temas dos resultados dos artigos com os respectivos autores.

Temas de análise dos resultados dos artigos	Artigo (autores e ano de publicação)
a) nível de educação financeira	- Gaspar, Henriques e Correntes (2020) - Leite (2017)
b) nível de educação financeira por variáveis demográficas	- Felipe <i>et al.</i> (2016) - Gaspar, Henriques e Correntes (2020)
g) ações de educação financeira	- Leite (2017)
h) críticas relacionadas à educação financeira	- Leite (2017)
j) conhecimento de ativos financeiros	- Felipe <i>et al.</i> (2016)

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4.2.5 Resultados e implicações dos artigos que tiveram por objetivo encaminhar propostas para a educação financeira

De acordo com a análise realizada dos artigos que tiveram por objetivo encaminhar propostas para a educação financeira, foram identificados os temas a seguir: b) nível de educação financeira por variáveis demográficas; c) indivíduos que estudam disciplinas relacionadas às finanças/matемática, tem mais conhecimento sobre educação financeira; g) ações de educação financeira e; h) críticas relacionadas à educação financeira. Logo abaixo, é apresentada a análise com estes temas.

A respeito dos artigos, mostram, mais uma vez, que gênero e renda são fatores estatisticamente determinantes referente ao *nível de educação financeira por variáveis demográficas* devido à falta de conhecimento financeiro, que origina o endividamento dos indivíduos de baixa renda, e o gênero feminino tem menos fundamentação sobre o ensino financeiro. Tais dados foram obtidos por meio de treze “microempreendedores de baixa renda”, nove professores, quatro sindicatos e seis gestores públicos, e participantes da pesquisa do estado Rio Grande do Sul (BIROCHI; POZZEBON, 2016; VIEIRA, JUNIOR; PROTICH, 2019).

Sobre o tema *indivíduos que estudam disciplinas relacionadas às finanças/matemática, tem mais conhecimento sobre educação financeira* é verídico, também, para aqueles que concluem o ensino médio ou técnico. Os indivíduos, residentes no Rio Grande do Sul, que finalizaram apenas o ensino fundamental, têm baixa proficiência em educação financeira (VIEIRA, JUNIOR; PROTICH, 2019).

Em relação as *ações de educação financeira*, os autores desenvolveram estudos que propõe metodologias de aprendizado a partir da fundamentação deste ensino; um programa crítico tendo como público-alvo “microempreendedores de baixa renda”; um indicador como ferramenta para analisar o nível de compreensão financeira, que possa ser usado para o reconhecimento de grupos específicos e que sejam prioritários na obtenção deste conhecimento; lecionar sobre o planejamento financeiro familiar aos estudantes do ensino médio; e a implantação de um *mobile banking* para instituições bancárias e que tenha assuntos relativos à educação financeira (BIROCHI; POZZEBON, 2016; VIEIRA, JUNIOR; PROTICH, 2019; GROENWALD; OLGIN, 2018; SOARES; ROSA, 2015).

Referente às *críticas relacionadas à educação financeira*, estão associadas a uma visão de capitalismo manipulatório, com interesses infundidos nas propostas de educação financeira por parte do governo do Brasil e das demais instituições (públicas e privadas). Além disso, a implantação deste ensino está direcionada para seguir as regras definidas, e com a ideia de distinguir quem é “bom ou mal pagador de dívidas” – amostra: literatura, documentos e *sites* (RIBEIRO; LARA, 2016, p. 357). Saleh e Saleh (2013) e Groenwald e Olgin (2018) contribuem com esta perspectiva ao enfatizarem que a implementação da educação financeira nas escolas deve favorecer aos estudantes uma visão crítica sobre o sistema financeiro, não apenas para conhecer o ensino financeiro básico, que auxilia os alunos a fazerem gestão da renda – amostragem: ENEF, literatura, “quatro situações, extraídas da mídia” e estudantes da “turma do 3º ano do Ensino Médio”.

O quadro seguinte apresenta a estratificação dos temas dos resultados referente aos artigos abordados nesta análise.

Quadro 6: Relação dos temas dos resultados dos artigos com os respectivos autores.

Temas de análise dos resultados dos artigos	Artigo (autores e ano de publicação)
b) nível de educação financeira por variáveis demográficas	- Birochi e Pozzebon (2016) - Vieira, Junior e Protich (2019)
c) indivíduos que estudam disciplinas relacionadas às finanças/matемática, tem mais conhecimento sobre educação financeira	- Vieira, Junior e Protich (2019)
g) ações de educação financeira	- Birochi e Pozzebon (2016) - Groenwald e Olgin (2018) - Soares e Rosa (2015) - Vieira, Junior e Protich (2019)
h) críticas relacionadas à educação financeira	- Groenwald e Olgin (2018) - Ribeiro e Lara (2016) - Saleh e Saleh (2013)

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4.2.6 Resultados e implicações dos artigos que não parecem se relacionar à educação financeira

A última análise por categoria de objetivo engloba os artigos que não parecem se relacionar à educação financeira. Para esses artigos foram apontados os seguintes temas: k) resultados vinculados aos empreendimentos da economia solidária; l) resultados vinculados às instituições públicas e; m) resultados vinculados às instituições privadas. Em seguida, é descrita a análise feita por meio destes temas.

Referente ao estudo feito por Araujo e Santana (2015), aponta os *resultados vinculados aos empreendimentos de economia solidária* analisados, sendo cinco que possuem sustentabilidade no negócio devido os associados serem engajados e comprometidos com o trabalho, contribuindo, significativamente, no crescimento do empreendimento, além de a maioria dos sócios terem esse negócio como “principal fonte de renda e sobrevivência”. Por outro lado, os demais empreendimentos pesquisados (oito), não possuem associados muito envolvidos com o negócio por terem emprego fixo, alguns são “aposentados e familiares”. Ademais, não fazem o planejamento financeiro adequado, pois todo o ganho monetário é revertido para quitar as despesas, e não há distinção entre o valor a ser direcionado para o empreendimento e para o lar.

Sobre os *resultados vinculados às instituições públicas*, referente ao planejamento financeiro para a administração de pequenos municípios, situados no Rio Grande do Sul, indicam que a planificação é insuficiente. O planejamento adotado remete aos anos de 1950; e

os planos não são executados com programação antecipada, ocorrem de forma instantânea, resultando em serviços ruins e com desperdício do saldo monetário (BARRETO; ESTRADA, 2006).

Quanto aos artigos com *resultados vinculados às instituições privadas*, são discorridos sobre a importância do planejamento financeiro para as corporações, pois este método visa maior controle e reduz perda financeira, ao evitar gastos desnecessários (BOAS; JONES, 2005; JUNIOR; MARQUES, 2005; MELO, 2001; ZANOLLA, 2001).

O quadro seguinte apresenta a estratificação dos temas dos resultados referente aos artigos abordados nesta análise.

Quadro 7: Relação dos temas dos resultados dos artigos com os respectivos autores.

Temas de análise dos resultados dos artigos	Artigo (autores e ano de publicação)
k) resultados vinculados aos empreendimentos da economia solidária	- Araujo e Santana (2015)
l) resultados vinculados às instituições públicas	- Barreto e Estrada (2006)
m) resultados vinculados às instituições privadas	- Boas e Jones (2005) - Junior e Marques (2005) - Melo (2001) - Zanolla (2001)

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4.3 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ÂMBITO DAS ORGANIZAÇÕES DO TRABALHO: ENFOQUE DADO PELAS PESQUISAS DO CAMPO E IMPLICAÇÕES GERADAS

Mediante os artigos analisados, foi possível identificar que os brasileiros têm dificuldade em efetuar e manter o controle e o orçamento financeiro. Além disso, os métodos para capacitação financeira são eficazes e geram resultados significativos, desde que os indivíduos se comprometam com o assunto estudado e executam as atividades solicitadas (DIETRICH; BRAIDO, 2016; CAMARGO; KEISER, 2008; OLIVEIRA; SANTANA, 2019).

Na pesquisa realizada por Camargo e Keiser (2008) foi constatado que empregados com boa fundamentação na educação financeira - que envolve efetuar o planejamento financeiro, o controle do orçamento doméstico, investimentos - tendem a ter o mesmo comportamento e atitude na organização em que trabalham, proporcionando benefícios para a corporação. O contrário também ocorre, ou seja, se o empregado não realiza a gestão da própria renda, a tendência é que na empresa essa característica prevaleça, como exemplo, Camargo e Keiser (2008, p. 12) citam que o empregado tende a “buscar mais fontes de financiamentos externas para sua empresa, pois não consegue sustentar o negócio com as suas próprias atividades operacionais”.

Vale ressaltar que, corporações que investem em “cursos e treinamentos para os” empregados que nelas trabalham, geram mudanças positivas nestas pessoas devido passarem a acompanhar as próprias finanças pessoais (CAMARGO; KEISER, 2008; OLIVEIRA; SANTANA, 2019).

Contrapondo as pesquisas citadas acima, observam-se, nos estudos de Moreira e Carvalho (2013) e Vilain e Pereira (2013), as consequências da falta do planejamento adequado, ocasionando no endividamento e ausência do ato de poupar - estes resultados foram obtidos por meio da amostra de professores de uma escola municipal e dos advogados participantes da pesquisa que residem em Santa Catarina -, pois estas ações (não ter dívidas e poupar) são alguns dos fatores relevantes para obter o equilíbrio financeiro.

A área de gestão de pessoas/recursos humanos tem responsabilidade de fornecer aos empregados da organização a oportunidade de se aprimorarem, desenvolverem habilidades e competências em programas que visam educar sobre finanças pessoais. Como visto na análise dos resultados, dificuldades financeiras podem desencadear graves problemas de saúde e que afetam não somente a vida pessoal, mas também a vida profissional do indivíduo (SCHUABB; FRANÇA, 2020).

Portanto, Oliveira e Santana (2019, p. 145, tradução nossa) orientam que as empresas realizem “cursos presenciais, *e-learning* e seminários” que abordam assuntos relacionados à educação financeira, pois “panfletos, livretos e outros veículos de mídia não são muito procurados”. E nestes programas, são sugeridos os temas a serem desenvolvidos, tais como: “orçamento equilibrado; utilização de cartão de crédito e rolagem de dívidas; diversificação de risco; economia de longo prazo; planejamento financeiro; adiamento do consumo e matemática financeira”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou identificar temas relativos à educação financeira nas produções bibliográficas analisadas, e que estão direcionadas para as organizações do trabalho e para os empregados, permitindo alcançar todos os objetivos específicos delimitados nesta pesquisa.

Em relação aos resultados obtidos, nota-se que o conhecimento da educação financeira é maior entre o gênero masculino e pessoas com renda financeira mais elevada, e esta é uma realidade que precisa ser mudada, e a educação deve ser disseminada de forma igualitária para todos os cidadãos. O Brasil necessita de programas mais efetivos, que alcancem o maior número

de pessoas de classe baixa e/ou média, e que as mulheres sejam incentivadas a buscarem conhecimento nesta área e a se desenvolverem com novas habilidades e competências, para realizarem a gestão financeira pessoal de forma eficaz, adotando as orientações da OECD (2005, tradução nossa), que são: administrar, orçar, acumular e investir a renda financeira.

Paralelamente, a respeito do resultado mencionado acima, sobre gênero, evidencia-se que de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), de 2019, constata-se no Brasil mais mulheres do que homens - gênero masculino corresponde a 48,2%, e gênero feminino equivale a 51,8% (portal IBGE Educa, 2020). E um estudo que vale destacar foi realizado por Batista e Mattos (2019, p. 21, 3) em nome das empresas Bain & Company e LinkedIn - com 914 respondentes de diferentes “classes sociais, regiões e cargos no Brasil” -, que indica que 82% do gênero feminino e 66% do gênero masculino afirmam sobre a importância da igualdade de gênero nas corporações em que trabalham. No entanto, a quantidade de pessoas que consideram que a instituição em que trabalham valoriza a igualdade de gênero, é menor – “apenas 38% das mulheres acredita que os líderes de sua organização consideram a conquista da igualdade de gênero um imperativo estratégico”. As mulheres almejam alcançar cargos de liderança, porém os fatores que as afetam são:

[...] a falta de liderança inspiradora, acima inclusive de aspectos como volume e ritmo de trabalho esperados para avanço na carreira e equilíbrio de vida pessoal e profissional. [...] a confiança das mulheres é mais impactada pela crença de não possuir as habilidades requeridas para o cargo [...]. [...] mulheres que chegaram a posições de liderança com frequência tiveram que perseverar mais do que homens para superar o ambiente frequentemente masculino: “Se hoje no mundo, em condições iguais, o homem vai estar em uma posição mais privilegiada, você não pode apenas ser igual: você tem que ser melhor”, diz Cristina Junqueira, cofundadora do Nubank (BATISTA; MATTOS, 2019, p. 6).

Observa-se na pesquisa feita que todos os programas de capacitação financeira realizados proporcionaram resultados positivos nos participantes, desde a ação de evitar uma compra por impulso até registrar os gastos diários, por exemplo. Além disso, é importante ressaltar que as corporações que disponibilizaram este ensino aos empregados que nelas trabalham, também tiveram participantes com mudanças significativas e, mediante a variedade de ações de aprendizado exemplificadas quando da apresentação e análise dos dados - como cursos, palestras, *e-learning*, debates e entre outros -, cabe às áreas de recursos humanos definirem quais as metodologias de ensino que melhor se adequam para o quadro de funcionários atual das corporações em que se encontram.

Portanto, respondendo ao problema de pesquisa definido para direcionar este estudo, a educação financeira tem sido abordada e praticada pelos departamentos de recursos humanos como um ensino eficiente que fornece melhorias e o desenvolvimento das pessoas, de forma que aprendam a gerir as finanças pessoais e evitam problemas emocionais que possam afetar a vida pessoal e, conseqüentemente, a vida profissional. Assim, a área de gestão de pessoas é incumbida por fornecer cursos, eventos, ensinamentos à distância, a fim de propagar o conhecimento da educação financeira e tornar indivíduos conscientes sobre a importância de obter e praticar o aprendizado sobre a educação financeira.

A limitação desta pesquisa diz respeito à análise de artigos publicados, apenas, em bases nacionais e, como se pode verificar pela revisão da literatura, a educação financeira é um tema forte em países desenvolvidos, como nos Estados Unidos e no Reino Unido; sendo assim, há a probabilidade de encontrar outros estudos em plataformas internacionais que abrangem este assunto com foco nas organizações do trabalho e na área de recursos humanos.

Por fim, sugere-se a realização de pesquisas científicas com profundidade nas corporações, com a finalidade de avaliar o conhecimento financeiro pessoal dos empregados; as metodologias de aprendizagem utilizadas pelas organizações e que tenham relação com a educação financeira; e identificar os fatores vinculados às finanças pessoais dos funcionários que afetam a produtividade no trabalho; com o intuito de criar instrumentos que estejam adaptados para suprirem as necessidades atuais dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de; TEIXEIRA, Maria Luiza Mendes; MARTINELLI, Dante Pinheiro. Por que administrar estrategicamente recursos humanos?. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, vol. 33, n. 2, p. 12-24, mar./abr. 1993. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901993000200003>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003475901993000200003&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 03 de jun. de 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BATISTA, Luciana Staciarini; MATTOS, Luiza. Sem atalhos: transformando o discurso em ações efetivas para promover a liderança feminina. **LinkedIn Business Solutions**, 2019. Disponível em: https://business.linkedin.com/content/dam/me/business/pt-br/talent-solutions-leadstone/body/pdf/Gender_Parity_2019.pdf. Acesso em: 25 de dez. de 2020.

Borges-Andrade, J. E., Zerbini, T., Abbad, G. S., & Mourão, L. (2013). Treinamento, desenvolvimento e educação: um modelo para sua gestão. *In* L. O. Borges & L. Mourão

(Orgs.). O trabalho e as organizações: a partir da psicologia (pp. 465-496). Porto Alegre, RS: Artmed.

BRASIL. **Decreto Nº 10.393, de 9 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10. Acesso em: 29 de jul. de 2020.

CAVALCANTE, Bianca Almeida; MELO, Lilian Mara Lopes de; ALMEIDA, Francisco Valdovir H. A importância da educação financeira na tomada de decisões: um estudo com os servidores do Centro Administrativo e Financeiro (CAF) do município de Quixadá – CE. **Revista Expressão Católica**, v. 3, n. 1, p. 108-125, jan./jun 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.25190/rec.v3i1.1334>. Disponível em: <https://doaj.org/article/2e9b5c158a3741d2a7c23dd50a3ea03c>. Acesso em: 07 de jul. de 2020.

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira**. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

Conheça o Brasil - População. **IBGE Educa**, 2020. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 25 de dez. de 2020.

Empresas ajudam funcionários a planejar o gasto familiar. **Administradores**, 2018. Disponível: <https://administradores.com.br/noticias/empresas-ajudam-funcionarios-a-planejar-o-gasto-familiar>. Acesso em: 27 de jul. de 2020.

Famílias paulistanas mais endividadas em dezembro. **FecomercioSP**, 2014. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/familias-paulistanas-mais-endividadas-em-dezembro>. Acesso em: 01 de dez. de 2020.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 10.ed. São Paulo: Pearson, 2004.

Histórico pessoas físicas. **B3**, 2020. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-a-vista/historico-pessoas-fisicas/. Acesso em: 26 de jul. de 2020.

Improving financial education effectiveness through behavioural economics. **OCDE**, 2013. Disponível: https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/TrustFund2013_OECDImproving_Fin_Ed_effectiveness_through_Behavioural_Economics.pdf. Acesso em: 27 de mai. de 2020.

Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies. **OCDE**, 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financialeducation/improvingfinancialliteracyanalysisofissuesandpolicies.htm>. Acesso em: 27 de mai. de 2020.

MOREIRA, Romilson do Carmo; CARVALHO, Henrique Levi Freitas Sena de. As finanças pessoais dos professores da rede municipal de ensino de Campo Formoso - BA: Um estudo na Escola José de Anchieta. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 122-137, jan./abr. 2013. DOI: <https://doi.org/10.18028/rgfc.v3i1.225>. Disponível em:

<https://doaj.org/article/da714a58270045519fa3ec49bbeb85d7?frbrVersion=2>. Acesso em: Acesso em: 07 de jul. de 2020.

Nova Base Nacional Comum Curricular: avanço na educação brasileira. **ENEF**. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/bncc-educacao-brasileira/>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

O Conceito do Endividamento e as Consequências da Inadimplência. **SPC Brasil**, 2016. Disponível em:

https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_educacao_financeira_dividas.pdf. Acesso em: 01 de dez. de 2020.

OKUBO, Yoshiko. *Bibliometric Indicators and Analysis of Research Systems: Methods and Examples*. **OECD Science, Technology and Industry Working Papers**. Paris, n. 1, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1787/208277770603>. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/208277770603.pdf?expires=1604528471&id=id&accname=guest&checksum=036AC78EB2CB5481FA2740D612F9CC2A>. Acesso em: 04 de nov. de 2020.

PAIVA, Gilberto. Porque investir em desenvolvimento de pessoas? **Administradores**, 2011. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/porque-investir-em-desenvolvimento-de-pessoas>. Acesso em: 31 de jul. de 2020.

PAIVA, John Taylor. **O Segredo da Educação Financeira: Incrível Guia de Planejamento e Controle Financeiro**. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=v3Q--XMQvIUc&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 24 de jul. de 2020.

PEREIRA, Fernando; CAVALCANTE, Anderson e CROCCO, Marco. Um plano nacional de capacitação financeira: o caso brasileiro. **Economia e Sociedade [online]**, Campinas, vol. 28, n. 2, pp. 541-561, mai./ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n2art10>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-06182019000200541&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 de mai. 2020.

Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. **IBGE**, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>. Acesso em: 04 de jun. de 2020.

Qualis. **CAPES**, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-aprova-a-nova-classificacao-do-qualis>. Acesso em: 07 de nov. de 2020.

SANTOS, Anderson dos. Treinamento e Desenvolvimento de pessoas. **Administradores**, 2020. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/treinamento-e-desenvolvimento-de-pessoas-1>. Acesso em: 31 de jul. de 2020.

SANTOS, Liliane Souza. A importância da educação financeira nas empresas sob o aspecto da produtividade e da redução dos acidentes de trabalho. **Revista Científica Hermes**, n. 8, p. 140-149, jan./jun. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.21710/rch.v8i0.76>. Disponível em: <https://doaj.org/article/ded8782ab36f46189a33840225146b3d>. Acesso em: 07 de jul. de 2020.

SARMENTO, Gisele. Educação financeira: uma influência positiva na vida das pessoas. **Administradores**, 2020. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/educa%C3%A7%C3%A3o-financeira-uma-influ%C3%Aancia-positiva-na-vida-das-pessoas>. Acesso em: 21 de jul. de 2020.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue e SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública [online]**, Rio de Janeiro, vol. 41, n. 6, pp. 1121-1141, nov./dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000600006&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 27 de mai. de 2020.

SILVA, Ana Luiza Paz; BENEVIDES, Felipe Torres; DUARTE, Flávio Viana; OLIVEIRA, Jellinek da Nobrega; CORDEIRO, Rebeca. Finanças pessoais: análise do nível de educação financeira de jovens estudantes do IFPB. **Revista Principia**, João Pessoa, vol. 1, n. 41, pp. 215-224, abr./jun. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18265/1517-03062015v1n41p215-224>. Disponível em: <https://doaj.org/article/fa32857a415044698bab91bd3b92d30c>. Acesso em: 27 de mai. de 2020.

SILVA, Jackson Ronie Sá; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, pp. 1-15, jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 23 de jul. de 2020.

SILVA, Jucyara Gomes da; NETO, Odilon Saturnino Silva; ARAÚJO, Rebeca Cordeiro da Cunha. Educação financeira de servidores públicos: hábitos de consumo, investimento e percepção de risco. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 104-120, mai./ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.18405/recfin20170207>. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/45086/educacao-financeira-de-servidores-publicos--hab--->. Acesso em: 07 de jul. de 2020.

SILVA, Tarcísio Pedro da; MAGRO, Cristian Baú Dal; GORLA, Marcello Christiano e NAKAMURA, Wilson Toshiro. *Financial education level of high school students and its economic reflections*. **Revista Administração [online]**, São Paulo, vol. 52, n. 3, pp. 285-303, jun. 2016 / mai. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.rausp.2016.12.010>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0080-21072017000300285&lng=pt&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 27 de mai. de 2020.

Trabalhando com o Brasil. **OCDE**, 2018. Disponível em: <http://www.oecd.org/brazil/Active-with-Brazil-Port.pdf>. Acesso em: 29 de mai. de 2020.

APÊNDICE A – ARTIGOS ANALISADOS

Quadro 8: Relação dos artigos analisados na pesquisa.

Autores e ano	Título	Evento/Periódico	Qualis
Andrade e Lucena (2018)	Educação Financeira: uma Análise de Grupos Acadêmicos	Revista Economia & Gestão	B2
Araujo e Santana (2015)	O Planejamento Financeiro como Mecanismo de Sustentabilidade dos Empreendimentos Informais da Economia Solidária	Gestão e Planejamento	B2
Barreto e Estrada (2006)	Do Planejamento Financeiro à Administração Estratégica: em que Estágio Encontram-se os Pequenos Municípios do Noroeste do Rio Grande do Sul?	Revista Contemporânea de Contabilidade	A2
Birochi e Pozzebon (2016)	<i>Improving Financial Inclusion: Towards a Critical Financial Education Framework /</i> Aprimorando a Inclusão Financeira: Rumo a um Quadro Teórico de Educação Financeira Crítica	RAE - Revista de Administração de Empresas FGV/EAESP	A2
Boas e Jones (2005)	Planejamento Financeiro e Controle Orçamentário: um Estudo de Caso em uma Empresa Industrial	Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão	B1
Buaes (2015)	Educação Financeira com Idosos em um Contexto Popular	Educação e Realidade	B2
Camargo e Keiser (2008)	Uma Análise das Intersecções entre Finanças Pessoais, Finanças Organizacionais e Desempenho no Pequeno Varejo	Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)	-x-
Campara, Vieira, Costa e Fraga (2016)	O Dilema dos Inadimplentes: Antecedentes e Consequentes do “Nome Sujo”	ReMark. Revista Brasileira De Marketing	B1
Carraro e Merola (2018)	Percepções Adquiridas numa Capacitação em Educação Financeira para Adultos	Gestão & Planejamento (Salvador)	B2
Conto, Faleiro, Führ e Kronbauer (2015)	O Comportamento de Alunos do Ensino Médio do Vale do Taquari em Relação às Finanças Pessoais	Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios	B2
Costa e Miranda (2013)	Educação Financeira e Taxa de Poupança no Brasil	Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	B2
Cunha (2020)	O Mercado Financeiro Chega à Sala de Aula: Educação Financeira como Política Pública no Brasil	Educação & Sociedade	A2
Dietrich e Braido (2016)	Planejamento Financeiro Pessoal para Aposentadoria: um Estudo com Alunos dos Cursos de Especialização de uma Instituição de Ensino Superior	Sociedade, Contabilidade e Gestão (UFRJ)	B2
Felipe, Ermel, Cassius e Mendes-da-Silva (2016)	Efeito de Crise Econômica sobre Escolhas de Ativos para Investimentos Pessoais	RAC. Revista de Administração Contemporânea (<i>Online</i>)	A2
Figueira e Pereira (2014)	Devo, Não Nego, Pago Quando Puder: uma Análise dos Antecedentes do Endividamento do Consumidor	EnANPAD	-x-
Flores, Vieira e Coronel (2012)	Influência de Fatores Comportamentais na Propensão ao Endividamento	FACES (FACE/FUMEC)	B2

(Continua)

(Continuação)

Quadro 8: Relação dos artigos analisados na pesquisa.

Autores e ano	Título	Evento/Periódico	Qualis
Gaspar, Henriques e Correntes (2020)	Confiança nos Mercados Financeiros: o Papel do Elemento Humano	Revista Brasileira de Gestão de Negócios (<i>Online</i>)	A2
Groenwald e Olgin (2018)	Educação Financeira no Currículo de Matemática do Ensino Médio	Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia	A2
Junior e Marques (2005)	Planejamento Financeiro a Curto Prazo: um Estudo de Caso da Análise Dinâmica do Capital de Giro Aplicado a uma Indústria Têxtil no Período de 1999-2004	Pensar Contábil	B2
Leite (2017)	A Ressignificação da Figura do Especulador-investidor e as Práticas de Educação Financeira	Civitas - Revista de Ciências Sociais (<i>Online</i>)	B2
Lizote, Camozzato, Cavalheiro e Aguirre (2019)	Relação entre Educação Financeira e Intenção Empreendedora: um Estudo com Estudantes Universitários	EnANPAD	-x-
Medeiros e Lopes (2014)	Finanças Pessoais: um Estudo com Alunos do Curso de Ciências Contábeis de uma IES Privada de Santa Maria – RS	Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios	B2
Melo (2001)	Planejamento Financeiro	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	B2
Minella, Bertosso, Pauli e Dalla (2017)	A Influência do Materialismo, Educação Financeira e Valor Atribuído ao Dinheiro na Propensão ao Endividamento de Jovens	Gestão & Planejamento (Salvador)	B2
Moreira e Carvalho (2013)	As Finanças Pessoais dos Professores da Rede Municipal de Ensino de Campo Formoso - BA: um Estudo na Escola José de Anchieta	Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	B2
Oliveira (2012)	A Corrente do Bem da Educação Financeira: o Cidadão Está Aprendendo o Que o Banco Central Está Ensinando?	EnANPAD	-x-
Oliveira e Santana (2019)	<i>Financial Education at Workplace</i> / Educação Financeira no Local de Trabalho	Revista Pensamento Contemporâneo em Administração	B2
Pereira e Strehlau (2012)	A Dádiva na Dívida: um Estudo sobre o Endividamento Familiar	EnANPAD	-x-
Pereira, Cavalcante e Crocco (2019)	Um Plano Nacional de Capacitação Financeira: o Caso Brasileiro	Economia e Sociedade (UNICAMP)	B1
Potrich, Vieira, Campara, Fraga e Santos (2014)	Educação Financeira dos Gaúchos: Proposição de uma Medida e Relação com as Variáveis Socioeconômicas e Demográficas	Sociedade, Contabilidade e Gestão (UFRJ)	B2
Ribeiro (2020)	Agenda em Políticas Públicas: a Estratégia de Educação Financeira no Brasil à Luz do Modelo de Múltiplos Fluxos	Cadernos Ebape.Br (FGV)	A2
Ribeiro e Lara (2016)	O Endividamento da Classe Trabalhadora no Brasil e o Capitalismo Manipulatório	Serviço Social & Sociedade	A1
Saleh e Saleh (2013)	O Elemento Financeiro e a Educação para o Consumo Responsável	Educação em Revista (UFMG - Impresso)	B2
Santos, Garcia, Faia e Santos (2019)	Finanças Pessoais: um Estudo com Acadêmicos sob a Abordagem da Teoria da Contabilidade Mental	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	B2
Saraiva (2017)	Os Sujeitos Endividados e a Educação Financeira	Educar em Revista	A1

(Continuação)

(Conclusão)

Quadro 8: Relação dos artigos analisados na pesquisa.

Autores e ano	Título	Evento/Periódico	Qualis
Savoia, Saito e Santana (2007)	Paradigmas da Educação Financeira no Brasil	Revista de Administração Pública	A2
Schuabb e França (2020)	Planejamento Financeiro para a Aposentadoria: uma Revisão Sistemática da Literatura Nacional sob o Viés da Psicologia	Estudos e Pesquisas em Psicologia (<i>Online</i>)	A2
Silva, Magro, Gorla e Nakamura (2017)	<i>Financial Education Level of High School Students and its Economic Reflections</i> / Nível de Educação Financeira de Estudantes do Ensino Médio e suas Reflexões Econômicas	RAUSP-E - Revista de Administração - Eletrônica	A2
Silva, Silva, Vieira, Desiderati e Neves (2017)	Alfabetização Financeira Versus Educação Financeira: um Estudo do Comportamento de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas	Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	B2
Soares e Rosa (2015)	Adoção do <i>Mobile Banking</i> no Brasil: uma Abordagem Conceitual Unindo os Modelos TRI e TAM ante as Gerações X e Y em um Contexto de Educação Financeira	EnANPAD	-x-
Vieira, Bataglia e Sereia (2011)	Educação Financeira e Decisões de Consumo, Investimento e Poupança: uma Análise dos Alunos de uma Universidade Pública do Norte do Paraná	Revista de Administração da UNIMEP	B2
Vieira, Junior e Protich (2019)	Indicador de Educação Financeira: Proposição de um Instrumento a partir da Teoria da Resposta ao Item	Educação & Sociedade	A2
Vilain e Pereira (2013)	O Impacto do <i>Status</i> no Planejamento Financeiro Pessoal: Estudo de Caso com os Advogados de Florianópolis, Santa Catarina	Revista Gestão & Planejamento	B2
Zanolla (2001)	Planejamento Financeiro e Financiamentos de Curto Prazo	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	B2

Fonte: elaborado pela autora (2020).